

# **Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas**

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas  
em São Tomé e Príncipe**

**ORGANIZADORES**

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

## Ficha Técnica

**Título:** Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas  
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

**Organizadores:** Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

**Colaboração:** Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

**Autores:** Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunziato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

**Revisão:** Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

**Financiamento e Apoios:** FCT, CPLP, Delta

**Organização do Seminário:** Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

**Outros Apoios no âmbito do Seminário:** FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

**Local:** Lisboa

**Ano:** 2009

**1.ª Edição** (Janeiro 2009)

**Tiragem:** 400 exemplares

**Capa e Maquetização:** Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

**Edição:** Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.  
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa  
e-mail: gerpress@sapo.pt

**Depósito Legal:** 287.969/09

**ISBN:** 978-989-96094-0-2

## Jalé Ecolodge: um projecto piloto de ecoturismo de base comunitária em São Tomé

Bastien Loloum (Rede das Áreas Protegidas da África Central, RAPAC; Membro da equipa de investigação<sup>1</sup>, CEA/ISCTE)

### Apresentação

O Jalé Ecolodge é uma estrutura pública de vocação turística localizada na antiga roça de Porto Alegre, no distrito de Caué, no extremo sul da ilha de São Tomé, na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Situado na praia Jalé, consiste num acampamento rústico de três *bungalows* construídos em coqueiros e madeira, uma sala comum de jantar, uma cozinha e armazém, uma sala de banho colectiva e uma guarita. A sua recepção é localizada na sede de Porto Alegre, na loja do Sr. Osvaldo Soares Mesquita, recepcionista e presidente da Associação Grupo Jalé, encarregada da gestão do empreendimento.

O Jalé Ecolodge oferece serviços de alojamento e restauração aos turistas, e diversos serviços de passeio guiado na região até praias mais distantes, como a Praia Xixi, Santo António de Mussacavu e São Miguel, e um serviço de excursão de canoa no rio Malanza, que é a maior zona de mangal do país, protegida pelo Parque Natural Obô. Dispõe ainda de uma pequena loja de lembranças e artesanato na recepção. O Jalé Ecolodge cumpre os seguintes objectivos: promover o turismo responsável, em particular o ecoturismo, na região de Porto Alegre e Malanza; participar na autonomização do Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas de São Tomé e Príncipe; participar no financiamento de projectos sociais ao benefício das comunidades de Porto Alegre e de Malanza.

Os lucros anuais da actividade são repartidos entre um Fundo de Autonomização do Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas de São Tomé e Príncipe (50%) e um Fundo de Apoio a Projectos Sociais em Porto Alegre (50%). Estes dois fundos são geridos pela Organização Não Governamental MARAPA (Mar, Ambiente e Pesca Artesanal), parceira do Grupo Jalé desde o início do projecto. A gestão da actividade turística é alvo de um Protocolo de Acordo assinado em 3 de Janeiro de 2007, com duração de cinco anos, entre a Direcção-Geral do Ambiente do Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, a ONG MARAPA, a Associação Grupo Jalé, e o RAPAC (Rede das Áreas Protegidas da África Central), que define os termos de responsabilidade dos parceiros no seguimento do projecto e das afectações dos lucros ao

<sup>1</sup> Equipa de Investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 “Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, coordenado por Brigida Rocha Brito, constituída por Nuno Alarcão, Joaquim Pinto, Joana Marques.

benefício do Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas de São Tomé e Príncipe e das populações de Porto Alegre e de Malanza.

## **I. Histórico do Projecto**

A construção do Acampamento teve início em 2001 na Praia Jalé, por iniciativa de Teresa d’Espiney, Chefe da Componente para São Tomé e Príncipe do programa ECOFAC (Utilização Racional dos Ecossistemas Florestais da África Central), financiado pela União Europeia. Inicialmente, foram utilizados os coqueiros provenientes da área concessionada pelo Estado na praia Jalé para a construção, recorrendo-se na maior parte a mão-de-obra local. Em 2002 foram estabelecidos os primeiros contactos entre o Programa ECOFAC e a ONG MARAPA, inicialmente no quadro do Projecto Tatô, vocacionado para a protecção das tartarugas marinhas, que vinha sendo implementado pelo programa naquela zona.

Uma vez entregue a obra, o Programa encarregou-se da sua gestão de transição, enquanto procurava soluções para a privatização junto às autoridades locais e aos operadores turísticos. Em paralelo, foram realizados estudos sobre as possibilidades de diversificar as actividades à volta do Acampamento, tais como o birdwatching ou as visitas ao Mangal de Malanza, e implementadas acções de formação em turismo a nível da comunidade. Um acordo relativo à criação de um serviço mínimo de segurança e limpeza do Acampamento foi celebrado em 2003 entre o Programa ECOFAC e a Associação dos Moradores de Porto Alegre, a Associação Yôgo.

No fim da terceira fase, em 2004, por falta de financiamentos, a gestão do Acampamento foi colocado em *stand by*, aguardando o início da quarta fase. Neste momento, o Programa ECOFAC autorizou a ONG MARAPA a utilizar o Acampamento como base logística no quadro do Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas (ex-Projecto Tatô), transferido para a organização em 2003. Apesar de algumas deslocações dos técnicos da ONG, durante a temporada de desova das tartarugas marinhas nas praias de Porto Alegre, em 2003/2004, o acampamento foi pouco utilizado e sofreu importantes degradações. Face ao estado de degradação em que se encontrava no fim de 2004, a ONG MARAPA elaborou um projecto de reabilitação em colaboração com uma associação de artesãos nacionais, a Associação RAPICO. O projecto tem captado o interesse da União Europeia e do Fundo Francês para o Ambiente Mundial (FFEM), pelo que a ONG MARAPA associou a Associação Francesa dos Voluntários do Progresso (AFVP), com quem já trabalhava no quadro de outras actividades, para identificar uma missão de voluntariado internacional cujo objectivo seria analisar as possibilidades de lançamento duma actividade comunitária. O projecto foi aprovado no início de 2005 com a assinatura de uma convenção entre a ONG MARAPA, a União Europeia através do Programa ECOFAC, o FFEM e o RAPAC,

uma organização regional parceira do Programa ECOFAC e encarregue de gerir os financiamentos do FFEM no sector do ecoturismo na subregião.

O Voluntário do Progresso da AFVP, Bastien Loloum, chegou em São Tomé em Abril de 2005 como assistente do Sr. Adelino Afonso, técnico da ONG MARAPA, responsável do projecto. As obras de reabilitação, realizadas pela Associação RAPICO, permitiram recuperar as infraestruturas e realizar algumas melhorias, tais como a instalação de pequenas varandas nos bungalows. A obra foi entregue em Agosto 2005 e o acampamento abriu ao público, sob a gestão da ONG MARAPA. O Jalé Ecolodge foi divulgado a nível nacional, bem como criado um site na Internet<sup>2</sup> e assinados os primeiros contratos com agências nacionais de turismo, em Novembro de 2005. Desde o início do ano 2006, a ONG MARAPA começo trabalhar com os empregados do Acampamento no sentido de os sensibilizar sobre a questão da perenização da actividade, uma vez que o financiamento do FFEM chegava ao seu fim em Abril. Em Fevereiro, estes empregados decidiram unir-se, criando uma associação sem fim lucrativos cuja função seria, no final do projecto da ONG MARAPA, gerir o Acampamento em nome próprio. O processo de elaboração dos estatutos recebeu apoio do voluntário e da ONG MARAPA, e o Grupo Jalé organizou a sua Assembleia Constituinte, onde foram aprovados os estatutos e eleito o corpo directivo, no mês de Junho de 2006.

A transferência da gestão do Jalé *Ecolodge* pela MARAPA ao Grupo Jalé ocorreu em Agosto de 2006. Na mesma altura, o Grupo Jalé ficou responsável pela gestão dos passeios no rio Malanza, o Mangrove Tour, em colaboração com os canoieiros de Vila Malanza. Mesmo assim, e dado que o Grupo Jalé não tinha ainda a capacidade para gerir plenamente esta actividade, a ONG MARAPA continuou a prestar apoio à Associação recém criada, em particular no que diz respeito às reservas e à contabilidade. Estabeleceu-se um relação diferente em que a ONG MARAPA se tornou num prestador de serviços e o Grupo Jalé, o contratante. Restava a questão relativa à situação administrativa do Grupo Jalé, pois o projecto conta com várias partes interessadas, sendo uma o próprio Estado santomense, através da sua Direcção-Geral do Ambiente.

Já no mês de Março de 2006, a ONG MARAPA tinha sensibilizado esta Direcção, então chamada de Gabinete do Ambiente, no sentido de organizar uma reflexão sobre o futuro do Acampamento e da sua gestão. Na época, foi criada uma comissão para a elaboração de um Protocolo de Acordo entre a Direcção-Geral do Ambiente, o Grupo Jalé, a MARAPA e o RAPAC. Em Novembro de 2006, a MARAPA recebeu um estagiário com a missão de acompanhar e tentar concluir o processo de elaboração e assinatura do

2 <http://praiajale.free.fr>

Protocolo. Tinha também como missão organizar formações complementares em hotelaria, informática e línguas estrangeiras para os membros do Grupo Jalé. O Protocolo de Acordo foi assinado em Janeiro de 2007 pelo Director-Geral do Ambiente, Eng. Arlindo de Ceita Carvalho, o Director da MARAPA, Manuel Jorge de Carvalho do Rio, o Director do Grupo Jalé, Osvaldo Soares Mesquita, e o Administrador do RAPAC para São Tomé e Príncipe, Eng. Salvador Sousa Pontes.

## 2. Um projecto autónomo

Ao longo da execução do projecto, a MARAPA fez questão de preparar a sua autonomia, ou seja tornar a actividade independente de financiamentos externos e de assistência técnica. Para isto, a ONG seguiu dois eixos de trabalho. A actividade turística deverá:

1. garantir a rentabilidade do *Ecolodge* e o Grupo Jalé deverá ter o mínimo de capacidade para manter a actividade funcional;
2. criar as condições necessárias para que o Grupo Jalé possa exercer as suas funções em conformidade com a lei do país e sob a tutela do seu parceiro institucional, a Direcção-Geral do Ambiente.

No decorrer do projecto, a ONG MARAPA insistiu na capacitação dos membros do Grupo na área da Gestão, por meio de acções de formação e de monitorização dos serviços prestados no local. Pouco a pouco, entregou a responsabilidade da gestão dos diferentes sectores do Jalé Ecolodge ao Grupo Jalé: recepção, aprovisionamento, segurança, gestão da relação com os prestadores de serviços de restauração, etc. Nos últimos meses do projecto com o FFEM, a MARAPA já tinha entregue quase todas as responsabilidades de gestão ao Grupo Jalé, mas com maior monitorização. Na fase final do projecto com o FFEM e Assistente Técnico da AFVP, a MARAPA solicitou ao Serviço de Cooperação e Acção Cultural (SCAC) da Embaixada de França em São Tomé um apoio complementar para completar a formação dos quadros do Grupo Jalé. Graças ao financiamento do SCAC, uma parceria com a associação francesa “Jeunes à travers le monde” e a AFVP, permitiu a vinda de um estagiário especializado em gestão do turismo, Vincent Bidollet, para providenciar assistência à associação comunitária. No fim da sua missão, visto existirem ainda algumas fraquezas em termos de contabilidade, a MARAPA disponibilizou o seu apoio ao Grupo Jalé e demais parceiros, na base de uma prestação de serviço simbólica cobrada ao Grupo Jalé mensalmente.

Em paralelo, a ONG trabalhou junto com a comissão *ad hoc* criada em colaboração com a Direcção-Geral do Ambiente, com vista à elaboração do protocolo que irá enquadrar a prestação do Grupo Jalé. Com a assinatura deste protocolo, o Grupo Jalé tornou-se actor do projecto em vez de simples beneficiário. O protocolo também estabeleceu as

modalidades de afectação dos lucros. Uma vez consideradas as despesas correntes do mês, tais como salários e prémios, aprovisionamento e pagamento dos prestadores de serviço, o saldo era dividido da seguinte forma:

- 50% para o Grupo Jalé, a ser utilizado na manutenção e promoção do Jalé Ecolodge;
- 25% afectado a um Fundo de Autonomização do Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas, gerido pela MARAPA;
- 25% afectado a um Fundo de Apoio a Projectos Sociais nas comunidades de Porto Alegre e Malanza, disponibilizado à Associação Yôgo, sob o controle e a gestão da MARAPA.

Felizmente, o Jalé Ecolodge teve desde o primeiro ano de actividade rápido sucesso no mercado turístico nacional. As agências ganharam confiança nesta nova associação e uma clientela regular começou a frequentar o Acampamento. Os resultados foram além das projecções permitindo uma margem de lucro razoável.

### 3. Resultados obtidos

O Acampamento abriu ao público em Agosto de 2005 e recebeu turistas em quantidade satisfatória, face às expectativas da ONG MARAPA. No ano 2006, o Jalé Ecolodge recebeu um total de 614 visitantes, para uma ocupação média de 48%, sendo as agências locais Navetur-Equatur e Mistral Voyages as maiores fontes de visitantes, realizando 15.275 euros de receitas. Em 2007, a frequência sofreu uma queda de 5% (581 visitantes), para uma ocupação média de 37%.

Analisando a repartição dos visitantes por nacionalidade, observamos que a maior diminuição (-29%) ocorreu na clientela portuguesa, que passou de 200 visitantes em 2006 para 142 em 2007, que se deveu a problemas com as ligações aéreas. A frequência dos portugueses em São Tomé em 2007 caiu em 27%. No entanto, ao mesmo tempo, observamos um aumento considerável da clientela santomense, passando de 65 em 2006 para 119 em 2007, compensando a perda dos clientes portugueses durante o período considerado.

Em 2006 e 2007, o lucro afectado ao Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas, bem como as doações realizadas no Acampamento, foram utilizados de várias formas pela ONG MARAPA: como contribuição à organização pela ONG MARAPA de uma Conferência Internacional sobre a Protecção das Tartarugas Marinhas; para reabilitar os centros de incubação de ninhos de tartarugas nas praias protegidas; para premiar guardas de praia; e para outras actividades de sensibilização. Por outro lado, o Fundo de Apoio às comunidades foi muito pouco utilizado. Com efeito, a Associação Yôgo teve dificuldades internas que provocaram uma certa perda de confiança por parte dos seus membros, e

uma descredibilização da sua Direcção, não conseguindo reunir os seus membros para analisar os projectos que poderiam beneficiar do Fundo de Apoio arrecadado pelo Grupo Jalé. No final de 2007, este Fundo tinha aproximadamente 1.300 euros.

## **Conclusão**

O êxito do Grupo Jalé na gestão do Acampamento e a apropriação do projecto pelos outros membros da comunidade são fruto de vários factores. As formações realizadas na comunidade, desde o início, pelo Programa ECOFAC, contribuíram para a constituição de um grupo de pessoas interessadas e sensibilizadas no potencial turístico da zona. A utilização de mão-de-obra local e a transferência da gestão do projecto para uma ONG conhecida e com experiência na localidade, a MARAPA que já tinha realizado projectos de apoio aos pescadores artesanais na localidade alguns anos antes, criaram um certo clima de confiança no seio da comunidade, que começou a habituar-se às idas e visitas dos técnicos. A partir de 2005, com o apoio do Voluntário do Progresso, a MARAPA deslocou-se no terreno quase todas as semanas, durante dois anos. Outros aspectos contribuíram para a apropriação do projecto pela comunidade. Alguns membros do Grupo Jalé são também membros de outras associações locais, tais como a Associação dos Cabo-verdianos e Descendentes, a Associação Yôgo e a Associação dos Pescadores de Malanza. E são ainda militantes políticos, havendo um caso de deputado, e religiosos, e são considerados por muitos como líderes locais. Estão também representados no seio do Grupo Jalé os três maiores grupos sociais que compõem a comunidade de Porto Alegre: Cabo-verdianos, Angolares e Forros, facilitando a integração cultural do projecto numa comunidade bastante heterogénea.

Mas outros factores limitam o desenvolvimento do projecto e constituem ameaças a médio e a longo prazo. Em primeiro lugar, apesar do acompanhamento que recebeu por parte da MARAPA, o Grupo Jalé ainda sofre de algumas fraquezas em termos de gestão do turismo, não conseguindo adaptar periodicamente a sua prestação às exigências do mercado local. Também, os custos de manutenção, devido ao uso de materiais inadequados desde o início, são muito altos e a afectação do lucro para este fim revelou-se insuficiente. E por fim, a fragilidade do mercado turístico, ligada às dificuldades das companhias aéreas, conjugada com a instabilidade política do país constituem constrangimentos latentes. Apesar das dificuldades, o Grupo Jalé soube manter, nos últimos dois anos, a confiança dos seus parceiros no Protocolo, a ONG MARAPA, a Direcção-Geral do Ambiente e o RAPAC, das comunidades de Porto Alegre e de Malanza, e sobretudo da sua clientela. Em 2008, os resultados parciais, ainda por serem analisados pelo grupo, são bastante encorajadores.